

MINAS GERAIS

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna pública a revogação das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Ágape Participações Ltda./CGH Nova União, Central Geradora Hidrelétrica – CGH, Nova União/MG, Processo nº 2210/2020, classe 2. Motivo: inexistência de documento obrigatório para concessão da licença. 2) Mineração Usiminas S/A - disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração - Itatiaiuçu/MG - PA/Nº 00066/1984/055/2019, classe2. Motivo: art. 11 DN 217 - as licenças LAS-RAS nº 75/2019 e nº 005/2020 foram englobadas pela LAS-RAS nº 16/2021. 3) Mineração Usiminas S/A - disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração; reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito - Itatiaiuçu/MG - PA/Nº 00066/1984/056/2019, classe 2. Motivo: Motivo: art. 11 DN 217 - as licenças LAS-RAS nº 75/2019 e nº 005/2020 foram englobadas pela LAS-RAS nº 16/2021.

(a) Bruno Zuffo Janducci - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 18/01/2023.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foram concedidas as licenças ambientais abaixo identificadas:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Posto Nortetul Sete Lagoas Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhantes, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Sete Lagoas/MG, Processo nº 1147/2022, classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 17/02/2033. *Licença de Operação Corretiva (LACI): 1) Fazenda Cristal - Agenor Giamidi Neto - Fazenda Cristal, suinocultura; culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Corinto/MG, Processo nº 934/2022, classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 17/02/2033.

(a) Bruno Zuffo Janducci - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 18/01/2023.

17 1752208 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) Rima Industrial S.A., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Olhos d'Água/MG, PA/ nº 357/2023 ANM 830.328/1982, Classe 2.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas.

17 1752140 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de titularidade abaixo identificado:

1)Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC2) - Licença de Operação (LO): *Mineração Nossa Senhora do Sion Ltda.-Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco e Lavra a céu aberto - Minério de ferro - Santa Bárbara/MG, Processo Administrativo nº 3270/2022, Classe 3. Válida até: 29/12/2032. Do responsável Mineração Nossa Senhora do Sion Ltda. / Mina do Lopes - LO, - CNPJ: 41.758.327/0001-04 para o novo titular Mineração Serra do Lopes Ltda., CNPJ: 30.814.546/0001-47.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

17 1752438 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) R&M Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos e estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Montezuma/MG, PA/ nº 4263/2022 ANM 832.370/2013, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 16/02/2033. 2) Brenergy Geração Solar Janaúba SPE Ltda./ LT 500 Kv - SE UFV Janaúba - SE Janaúba 3, Linhas de transmissão de energia elétrica, Janaúba/MG, PA/nº 4000/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 16/02/2033.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

17 1752471 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Wando Pereira Borges/Fazenda Gameleonira - Lugar Santa Catarina - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Lagoa Grande/MG, Processo: 354/2023.2) Geraldo Magela Cordeiro Maximo/Fazenda Logradouro - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Riachinho/MG, Processo: 355/2023.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Salsustiano Falcao Lopes/Fazenda Sao Sepe/ Coradini - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Buritis. - Processo: 332/2023. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público, que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Carlos Humberto Jacomini/Fazendas Terra Nova, Terra Nova II, Terra Nova III, Santa Maria e Santo Antônio - Captação em Barramento. – Bonfinópolis de Minas/MG - Processo de Outorga Coletiva nº 13534/2014. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 13/02/2023 (TAC nº 001/2023).

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

17 1752364 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi DEFERIDA a alteração de condicionante do processo abaixo identificado:

1) Licença Ambiental Concomitante (LAC1) / Licença de Operação Corretiva: João Batista Catante / Fazenda Rancharia e Sobra da Rancharia – Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura – Monte Carmelo/MG – P.A. Nº. 5762/2021 – Classe 3. Aprovada a alteração do item 6 do Parecer único nº 43897320, ao qual faz referência a condicionante nº 02, do Anexo I.

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

17 1751937 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, com validade até 16/02/2033: 1) Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER-MG - Rodovia: MG-280 - Trecho: Paula Cândido - Entrª MG-214 (Divinésia), Pavingamento e/ou melhoramentos de rodovias, Divinésia e Paula Cândido/MG, PA SLA nº 346/2023.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata.

17 1752451 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Antônio Carlos Montagner Maier / Fazenda Santa Terezinha mat. 25759, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Janaúria/MG, Protocolo nº 178/2023; 2) Brenergy Geração Solar Janaúba SPE Ltda. / Complexo Fotovoltaico Janaúba, Usina solar fotovoltaica, Janaúba/MG, Protocolo nº 291/2023. Concedida com condicionantes; 3) IB Transportes & Empreendimentos Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Bocaiúva/MG, Protocolo nº 302/2023.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

17 1752473 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna público que foram concedidas as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAS RAS: 1) Mineração Carai Ltda., Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Carai/MG, PA/Nº 3063/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 16/02/2033. 2) Policast Mármore e Granitos Ltda., Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Aimorés/MG, PA/ Nº 3453/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 16/02/2033.

(a) Fabrício de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: LAS RAS: 1) G3 Construções Ltda., Estação de tratamento de esgoto sanitário, Mutum/MG, PA/Nº 353/2023, Classe 2. 2) Mineração Goiabeira Ltda., Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Conselheiro Pena/MG, PA/Nº 358/2023, Classe 2.

(a) Fabrício de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

17 1752469 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público a suspensão do prazo de validade da Licença Ambiental do empreendimento abaixo identificado, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos:

1)Renovação da Licença de Instalação: *Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) / Projeto Hidro-Agrícola Jequitai, Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura, Jequitai/MG, PA/Nº 50229/2004/003/2019, Classe 6. Motivo: A pedido do empreendedor.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

17 1751874 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, torna público que foi DEFERIDA a exclusão de condicionante do processo abaixo identificado: *Renovação de Licença de Operação – RenLO: 1) Frutal Bioenergia Ltda. – Fabricação de açúcar; Destilação de álcool; Produção de energia termoeletrica; Posto de abastecimento de combustível. – Frutal/MG, – PA Copam Nº 14212/2005/008/2012. - Classe 6. - Decisão: Deferida exclusão do item 01 do Anexo II da condicionante nº 02, do Anexo I referente ao Parecer Único nº. 36557479/2021 (SEI).

(a)Kamila Borges Alves Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

17 1752502 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

Pauta da 13ª Reunião Extraordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG

Data: 01 de março de 2023, às 14h.

Endereço virtual da reunião:

https://www.youtube.com/channel/UChU1iAab462m8py3C1jsJ4w

1. Abertura pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais e Presidente da CNR do CERH-MG, Valéria Cristina Rezende.

2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

3. Comunicado dos conselheiros.

4. Comunicado da Secretaria Executiva.

5. Exame das Atas da 10ª RO de 19/08/2022, da 11ª RO de 18/11/2022 e da 12ª RO de 27/12/2022.

6. Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG para exame e deliberação:

6.1 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa CERH-MG nº 69, de 09 de agosto de 2021 que estabelece normas gerais para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções, composição e estrutura - SEI/Nº 2240.01.0000250/2021-57. Apresentação: Igam/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa - GECBH.

7. Proposta de agenda para as reuniões da Câmara Normativa e Recursal do CERH-MG, em 2023. Apresentação: Semad.

8. Assuntos gerais.

9. Encerramento.

Valéria Cristina Rezende
Presidente da Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

17 1752478 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Presidente: Renato Teixeira Brandão

Registra AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869/1952: Entre 24/01/2023 e 31/01/2023, ao(à) servidor(a) PAULO ROBERTO DE SOUZA MANSO, MASP 1148215-5, admissão 01, a partir de 24/01/2023; Entre 29/10/2022 e 05/11/2022, ao(à) servidor(a) FERNANDA ALCANTARA RIBEIRO MARINHO, MASP 1223853-1, admissão 01, a partir de 29/10/2022.

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, à servidora: MARINA OLIVEIRA MARQUES, MASP 1378300-6, admissão 01, por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, de que trata a Lei nº 18.879, de 27/05/2010, a partir de 26/01/2023; PATRICIA ROCHA MACIEL FERNANDES, MASP 1148514-1, admissão 01, por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, de que trata a Lei nº 18.879, de 27/05/2010, a partir de 03/10/2022.

17 1752381 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, PRORROGA O PRAZO PARA POSSE, por 30 (trinta) dias, nos termos da Lei nº 869, de 05/07/1952, da servidora GRAZIELLA ROSADO BORGES E MARQUES, a partir de 20 de fevereiro de 2023, referente ao cargo de provimento em comissão DAI-11 FL1100118, de recrutamento amplo, do quadro de pessoal do Instituto Estadual de Florestas.

Registra AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869/1952: Entre 06/02/2023 e 13/02/2023, ao(à) servidor(a) DANIELLE BRINI MOTTA FERREIRA, MASP 1363732-7, admissão 01, a partir de 06/02/2023; Entre 06/02/2023 e 13/02/2023, ao(à) servidor(a) VALDENE DE ALVARENGA SOUSA, MASP 598681-5, admissão 01, a partir de 06/02/2023.

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, à servidora THAIS DE FARIA E SOUSA LOPES TRINDADE, MASP 1344816-2, admissão 02, por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, de que trata a Lei nº 18.879, de 27/05/2010, a partir de 26/01/2023.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII, do art. 7º da CF/1988 à servidora THAINA MARTINS SANTOS, MASP 1393974-9, admissão 01, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 11/10/2022.

17 1752371 - 1

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, RAÍÇA LORENA FARIA DE ASSIS MAGALHÃES, para o cargo de provimento em comissão DAI-11 FL1100082, de recrutamento amplo.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS, MASP 1510057-1, para o cargo de provimento em comissão DAI-16 FL1100050, de recrutamento amplo, para chefiar o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições, designa PAULO HENRIQUE ALVES ANDRADE, MASP 1489483-6, titular do cargo de provimento em comissão DAI-8 FL1100127, para responder pelo Núcleo de Regularização e Controle Ambiental da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Parnaíba do Instituto Estadual de Florestas, a contar de 16/02/2023.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições, designa ADRIANA CRISTINA HENRIQUES BARBOSA AMARAL, MASP 1021225-6, titular do cargo de provimento em comissão DAI-16 FL1100059, para responder pela Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Centro Sul do Instituto Estadual de Florestas, no período de 13/02/2023 a 26/02/2023.

17 1752487 - 1

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº14/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
Processado: V.J.P.V., Masp 1.350.321-4.Comissão Processante: Presidente:Matheus Ebert Fontes.Membros: Mariana Ferreira da Costa Ramos Roesberg e Gloria Maria da Costa
Belo Horizonte,17de fevereiro de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora-Geral do IEF

17 1752388 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Central Metropolitana, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 46288/2022, Usuário: Mineração França Lanza Ltda, Fortuna de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1301208/2023.*Processo nº 63650/2022, Usuário: LGA - Mineração e Siderurgia S.A., Congonhas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1301214/2023.*Processo nº 05411/2023, Usuário: Condomínio do Residencial Ibitrité, Ibitrité, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1301216/2023.

Arquivamentos: Arquiva-se o processo nº. 09549 de 09/08/2010. Requerente: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA. CNPJ: 17.281.106/0001-03. Curso d’água: Córrego Cacique. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Ribeirão das Neves – MG.

Arquiva-se o processo nº. 15708 de 03/06/2015. Requerente: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. CNPJ: 18.715.581/0001-03. Curso d’água: Córrego Ferrugem. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Contagem – MG.

Arquiva-se o processo nº. 30275 de 01/09/2016. Requerente: Canopus Desenvolvimento Imobiliário Ltda. CNPJ: 04.505.660/0001-85. Curso d’água: Rebaixamento de nível de água subterrânea de obras civis. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Belo Horizonte – MG.

Arquiva-se o processo nº. 00699 de 11/01/2021. Requerente: Rima Agroflorestal Ltda. CNPJ: 17.866.823/0002-88. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Entre Rios de Minas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 34071 de 16/07/2021. Requerente: Monteminas Minérios Ltda. CNPJ: 64.225.824/0001-42. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Congonhas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 54445 de 28/10/2021. Requerente: Panificadora e Confeitaria Trigopane Ltda. CNPJ: 00.349.823/0001-27. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Belo Horizonte – MG.

Arquiva-se o processo nº. 18999 de 03/05/2022. Requerente: Minasfer Siderurgia Ltda. CNPJ: 44.606.828/0001-63. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Sete Lagoas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 05205 de 09/02/2023. Requerente: Garcia Ribeiro Reciclagem Ltda. CNPJ: 12.250.987/0001-81. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 54-A da Portaria Igam nº 48/2019. Município: Congonhas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 34039 de 27/07/2022. Requerente: Eliassandra Cassia dos Santos. CPF: 955.30x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Jaboticatubas – MG.

SÁBADO, 18 DE FEVEREIRO DE 2023 – 13

Arquiva-se o processo nº. 04172 de 27/01/2022. Requerente: Michel Ferreira da Silva. CPF: 013.81x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705/2019. Município: São Joaquim de Bicas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 45368 de 15/09/2022. Requerente: Francisco Dutra de Rezende Neto. CPF: 008.33x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 32, § 2º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Santana do Riacho – MG.

Arquiva-se o processo nº. 51017 de 10/10/2022. Requerente: Flávio Canabrava Oliveira. CPF: 013.38x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Curvelo – MG.

Arquiva-se o processo nº. 64447 de 28/12/2022. Requerente: Eurico Leandro de Miranda. CPF: 827.65x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 32, § 2º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Corinto – MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Central Metropolitana. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 17 de Fevereiro de 2023.

17 1752397 - 1

A Superintendente SUPRAM Norte de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº. 47.383 de 02/03/2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação: Retifica-se a portaria nº 0604823/2019 publicada dia 04/06/2019. Onde se lê: Outorgados: Pedreira Verde Grande Ltda. CNPJ: 16.891.134/0001-80, e Consórcio CIMCOP-CROS, CNPJ: 40.670.615/0001-40. Vazão (m³/h): 58,0 nos meses de janeiro a dezembro. Horas/dia: 10:00 nos meses de janeiro a dezembro; e Dias/mês: 26 nos meses de janeiro a dezembro. Leia-se: Outorgado: Pedreira Verde Grande Ltda. CNPJ: 16.891.134/0001-80. Vazão (m³/h): 21,58 nos meses de janeiro a dezembro. Horas/dia: 06:48 nos meses de janeiro a dezembro; e Dias/mês: 22 no mês de janeiro, 20 no mês de fevereiro, e 22 nos meses de março a dezembro. Município: Jaíba - MG. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na SUPRAM NORTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 17 de Fevereiro de 2023.

17 1752174 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGa Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 51558/2022, Usuário: Antônio Nunes da Silva, Janaúba, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601185/2023.*Processo nº 49935/2022, Usuário: Meta Florestas S.A., Engenheiro Navarro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601186/2023.*Processo nº 49936/2022, Usuário: Meta Florestas S.A., Engenheiro Navarro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601187/2023.*Processo nº 49937/2022, Usuário: Meta Florestas S.A., Engenheiro Navarro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601188/2023.*Processo nº 44962/2022, Usuário: Mauricio Toledo Jacob, Capitão Enéas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601189/2023.*Processo nº 44963/2022, Usuário: Mauricio Toledo Jacob, Capitão Enéas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601190/2023.*Processo nº 40387/2022, Usuário: Elton Mendes de Souza, Janaúba, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601191/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Norte de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 17 de Fevereiro de 2023.

17 1751861 - 1

O Superintendente da SUPRAM Noroeste de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº. 47.383 de 02/03/2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:</

Data de Envio:

15/03/2023 09:03:19

De:

SEMAD/institucional <nubia.antunes@meioambiente.mg.gov.br>

Para:

leonardo-quelhas@hotmail.com

Assunto:

ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE

Mensagem:

Ao Responsável,

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Triângulo Mineiro no uso de suas atribuições, examinou o pedido de PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE E OU AUTOMONITORAMENTO do empreendedor/empreendimento: João Batista Catiste e outro/Fazenda Rancharia e Sobra da Rancharia - no município de Monte Carmelo/MG, vinculado ao PA/SLA Nº 5762/2021, concedida em 25/03/2022, para a atividade: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo E Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura e decidiu:

Opinar pelo ddeferimento da solicitação de alteração do item 6 do Parecer Único nº 43897320 (SEI!), ao qual faz referência a condicionante nº 02, do Anexo 01, conforme requerido em anexo.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único, e qualquer alteração, modificação e ampliação, sem a devida e prévia comunicação a Supram Triângulo Mineiro, tornam o empreendimento em questão, passível de autuação. Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

Atenciosamente,

Núbia Antunes

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo
Praça Tubal Vilela, nº 03 - Centro - CEP 38400-186 - Uberlândia/MG
nubia.antunes@meioambiente.mg.gov.br Ramal: (34) 3088 6409

Anexos:

Publicacao_61197394_caderno1_2023_02_18.pdf

Decisao_60901402.html

Parecer_60091823_PU_ALTERACAO_DE_CONDICIONANTE____Joao_Batista_Catiste__1__1_.pdf

Parecer_60091753.html



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Controle Processual

Decisão SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRCP nº. 4/2023

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

Indexado ao processo: P.A. nº. 5762/2021

Empreendimento/Empreendedor: João Batista Catiste / Fazenda Rancharia e Sobra da Rancharia

CNPJ/CPF: 524.847.006-44

Município: Monte Carmelo/MG

Atividade(s): G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; G-02-07-0 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; G-05-02-0 - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura

DECISÃO

Considerando a delegação de competência prevista no **artigo 4º, inciso VII, da Lei Estadual n. 21.972, de 21 de janeiro de 2016;**

Considerando o que dispõe o **art. 3º, do Decreto Estadual nº. 47.383/2018;**

Considerando a competência trazida pelos **incisos I a IV, do § 1º e inciso I, do art. 51, do Decreto Estadual nº. 47.787/2019;**

Considerando o Parecer Único da SUPRAM TM, que sugere o DEFERIMENTO da ALTERAÇÃO do item 6 do Parecer único nº 43897320, ao qual faz referência a condicionante nº 02, do Anexo I;

DECIDO pelo **DEFERIMENTO** do presente requerimento de **ALTERAÇÃO** do **item 6** do Parecer único nº 43897320, ao qual faz referência a **condicionante nº 02**, do Anexo I, nos termos do parecer registrado sob o nº. 60091823 (SEI),

mantendo-se incólumes as demais condicionantes e prazos concedidos anteriormente.

Publique-se e dê ciência ao interessado na forma da lei.

KAMILA BORGES ALVES

SUPERINTENDENTE

Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Borges Alves, Superintendente**, em 17/02/2023, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60901402** e o código CRC **AE5F84ED**.

Referência: Processo nº 1370.01.0056979/2022-60

SEI nº 60901402



1. INTRODUÇÃO

Este parecer refere-se à solicitação de alteração de condicionante referente à licença ambiental nº 5762/2022 do empreendedor João Batista Catiste, empreendimento Fazenda Rancharia, Sobra da Rancharia e Pastão, lugar denominado "Faz. Santo Antônio e Capão da Macaúba", instalado no município de Monte Carmelo.

2. DO PEDIDO

O empreendedor João Batista Catiste solicitou por meio de ofício (documento SEI! nº 57235767), formalizado em 09/12/2022, a retificação do **item 6 do Parecer único nº 43897320**, ao qual faz referência a condicionante nº 02, do Anexo I, conforme transcrito a seguir:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo
02	Comprovar, por meio de relatórios técnicos e fotográficos, o plantio e o desenvolvimento das mudas de espécies nativas na área que receberá os plantios propostos no PTRF, referente ao recuo, bem como a situação de recuperação da área de regeneração natural, conforme descrito no item 6 deste parecer. <i>Obs: Anexar a ART do responsável técnico pelo relatório.</i>	Apresentar relatório anualmente até 2026

O empreendedor solicita a alteração de áreas de recuperação propostas no Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF) apresentado. Tais áreas são descritas no item 6 do parecer, sendo 24,25 ha de intervenções em APP posteriores a 22/07/2008, as quais não possuem alternativa técnica locacional. Foi proposta uma medida compensatória por tais intervenções, sendo o recuo e a recuperação das APP's intervindas, com o isolamento da área por meio de cerca de arame para regeneração natural conforme Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF apresentado.

Como justificativa para a solicitação, o empreendedor apresenta informações sobre duas áreas que somadas correspondem a uma fração de 01,28,15 hectares, e que foram contabilizadas erroneamente, pois tais áreas referem-se a infraestruturas de armazenamento de recurso hídrico, inviabilizando assim a reconstituição da flora neste local.



Dessa forma, foi apresentado um relatório para alteração destas áreas supracitadas, sob responsabilidade do engenheiro florestal André Fernandes Alves, com registro profissional número 315.668/D CREA MG e Anotação de Responsabilidade Técnica nº MG20221628714.

A nova área proposta para recuperação ambiental (plantio de mudas), contempla uma única gleba de terras com área total de 03,62,19 hectares, sendo bem maior que as duas áreas juntas propostas no primeiro PTRF, configurando, portanto, um ganho ambiental. A seguir, segue a imagem da nova área proposta para o plantio de mudas, a coordenada central para referência é: Lat 18°55'7.15"S Long 47°20'9.91"O.

Ressalta-se que, o restante da área proposta correspondente a 22,9685 hectares permanece inalterada conforme consta no PTRF, anexado aos autos do processo de licenciamento.



3. DA ANÁLISE

Conforme norma de regência, Decreto Estadual 47.383/2018, no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou



alteração de seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando que o requerimento em apreço foi protocolizado tempestivamente e que as justificativas apresentadas foram consideradas pertinentes, uma vez que há inviabilidade de reconstituição da flora em determinadas áreas aprovadas no PTRF.

Ressalta-se que as demais condicionantes descritas no Parecer Único nº 43897320 (SEI!) estão sendo cumpridas adequadamente, de acordo com os prazos estabelecidos.

4. CONTROLE PROCESSUAL

A possibilidade de promover-se a alteração de condicionantes e a prorrogação do prazo para o seu cumprimento, em processos de licenciamento, por iniciativa do empreendedor, é prevista pela Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, a saber:

Art. 29 – Em razão de fato superveniente ou no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida no processo de licenciamento ambiental, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração do conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo de cumprimento estabelecido na respectiva condicionante.

O tema é igualmente disciplinado pelo Decreto Estadual nº 47.383/2018. Vejamos o que versa o referido regulamento:

Art. 29 – Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando que o pedido de alteração em tela foi feito tempestivamente pelo empreendedor e que o mesmo justificou a necessidade de substituição de determinadas áreas inicialmente informadas no PTRF, tem-se que os requisitos legais foram devidamente observados.



Observa-se, ademais, pelas razões exaradas neste parecer, que a equipe técnica acatou as justificativas apresentadas pelo empreendedor, entendendo pela **viabilidade** do pedido de retificação.

Ressalta-se que a taxa de análise e elaboração deste adendo foi devidamente recolhida.

Por fim, cumpre salientar que, de acordo com o §1º, do artigo 29, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, a prorrogação de prazo para o cumprimento de condicionante e a alteração de seu conteúdo, desde que não modifique o seu objeto, serão decididas pela própria unidade responsável pela análise do licenciamento ambiental.

5. CONCLUSÃO

Por fim, nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual 47.383/2018 e com base nas discussões acima, sugerimos o deferimento da solicitação de alteração do **item 6 do Parecer Único nº 43897320 (SEI!)**, ao qual faz referência a condicionante nº 02, do Anexo 01, conforme requerido, OUVIDA a Superintendente Regional da SUPRAM TM.

Segue a transcrição do item 06 do Parecer Único nº 43897320 (SEI!), com novo texto estabelecido:

6. COMPENSAÇÕES

As intervenções em APP posteriores a 22/07/2008, a qual possui alternativa técnica locacional ocorreram numa área total de 9,60 ha para a instalação de lavouras em regime de sequeiro. As áreas destinadas para recuo estão apresentadas na figura abaixo.



Figura 2: Áreas destinadas para recuo. Fonte: PTRF, informação complementar, 2022

Como medida compensatória por tais intervenções, está sendo proposto o recuo e a recuperação das APP's intervindas, com o recuo e isolamento das áreas por meio de cerca de arame com enriquecimento por plantio de mudas conforme Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF apresentado. Ressalta-se que, o detalhamento de cada área, encontra-se no projeto técnico de reconstituição da flora. O cronograma para plantio é de 01 ano com a realização de monitoramento da área até 2025, prevendo atividades de replantio, irrigação, dentre outros, sempre que necessário.

Considerando a exclusão do ponto P6 e a inclusão do ponto P8. As coordenadas centrais, como ponto de referência para cada área são descritas as seguir:

P1: 18°53'59"S 47°19'51"O

P2: 18°53'50"S 47°20'13"O

P3: 18°53'37"S 47°20'35"O

P4: 18°54'22"S 47°20'39"O

P5: 18°54'58"S 47°20'13"O

P7: 18°53'53"S 47°20'21"O

P8: 18°55'07"S 47°20'09"O.



As intervenções em APP posteriores a 22/07/2008, a qual não possuem alternativa técnica locacional, ocorreram numa área total de 24,25 ha para a implantação de barramentos, sistemas de captação de água e acesso viário. Foi proposto uma medida compensatória por tais intervenções, sendo o recuo e a recuperação das APP's intervindas, com o isolamento da área por meio de cerca de arame para regeneração natural conforme Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF apresentado. Ressalta-se que, o detalhamento das áreas intervindas, as áreas propostas para compensação estão descritas no PTRF, bem como suas localizações com coordenadas geográficas. O cronograma para cercamento é até junho de 2022 com realização de monitoramento da área até 2026.

As coordenadas centrais, como ponto de referência para cada área são descritas as seguir:

P1: 18°53'46"S 47°20'56"O

P2: 18°54'17"S 47°20'37"O

P3: 18°54'51"S 47°20'25"O

Considerando a retificação do item 6 do Parecer Único nº 43897320 (SEI!), a condicionante nº 02, do Anexo I, referente ao cumprimento do PTRF, permanece inalterada.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental

Parecer nº 9/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0056979/2022-60

Anexo de Alteração do Parecer Único Nº 43897320 (SEI!)		
INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA SLA: 5762/2021	SITUAÇÃO: Sugestão Deferimento pelo

EMPREENDEDOR: João Batista Catiste e outro	CPF: 524.847.006-44
EMPREENHIMENTO: Fazenda Rancharia e Sobra da Rancharia	CPF: 524.847.006-44
MUNICÍPIO: Monte Carmelo	ZONA: Rural
COORDENADA GEOGRÁFICA: DATUM: LAT/Y 18°53'70.5" LONG/X 47°20'23.35"	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:	
() INTEGRAL () ZONA DE AMORTECIMENTO () USO SUSTENTÁVEL (X) NÃO	
BACIA FEDERAL: Rio Paranaíba	BACIA ESTADUAL: Rio Perdizes
UPGRH: PN1	SUB-BACIA: córrego Rancharia

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:			
<ul style="list-style-type: none">Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE:	CRITÉRIO LOCACIONAL
	Culturas anuais, semiperenes e		

G-01-03-1	perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	3	1
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo	NP	1
G-05-02-0	Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura	NP	1

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA
Érica Maria da Silva - Gestora Ambiental	1.254.722-0
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez - Diretor Regional de Regularização	1.191.774-7
De acordo: Paulo Rogério da Silva - Diretor Regional de Controle Processual	1.495.728-6



Documento assinado eletronicamente por **Erica Maria da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 17/02/2023, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Servidor(a) Público(a)**, em 17/02/2023, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor (a)**, em 23/02/2023, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60091753** e o código CRC **5BA16BB2**.